

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Ruth Trindade de, (1974) "A arte rupestre nos Cariris Velhos da Bacia do Paraíba", Campina Grande (Pb).
- BELLUCCI, G. (1908) "Gli amuleti, um capitolo de psicologia popolare", Perugia, 1908. "Amuleti italiani contemporanei". Catálogo descritivo, Perugia, 1898.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da (1949), "Gorgoneion", Madrid.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da (1950), "Meleagro", Ed. Agir, Rio de Janeiro.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da (1972), "Dicionário do Folclore Brasileiro". I.N.L., Brasília.
- CASTIGLIONE, Arturo (1934), "Lucantesimo e magia", Ed. Mondadori, Milão.
- CINTAS, Pierre (1949), "Amulettes puniques", Tunes.
- DAREMBERG, Saglio (1877), "Dictionnaire des Antiquités grecques et romaines", Paris.
- FREYRE, Gilberto (1950), "Casa Grande e Senzala", 6a. Ed., Vol. II, págs. 530-532. "Retalhos de jornais do Rio", Liv. J. Olímpio, Rio 1964, pág. 92.
- LEITE DE VASCONCELOS, J. (1913) "Religiões da Lusitania", V. III, Lisboa.
- LEITE DE VASCONCELOS, J. (1925) "Figas", Porto.
- LEITE DE VASCONCELOS, J. (1938) "Opúsculos, Etnologia", vol. V. Cap. VII, pág. 585, Lisboa.
- MURDOCK, G. P. (1945), "Our primitive contemporaries", The Mac Millan Co., New York.
- OSMA, G. J. (1916), "Catálogo de los azabaches compostelanos". Madrid.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. (1974), "Folk-lore pernambucano", Arquivo Público Estadual, Recife, pág. 119-122.
- ROMAN Y CABET, F. (1907), "Los nombres e importância arqueológica de las islas Pythiasas", Barcelona, lam. III.
- VALENTE, Valdemar (1954), "Marcas muçulmanas nos xangôs de Pernambuco", Faculdade de Filosofia de Pernambuco, Recife.
- VALENTE, Valdemar (1955) "Sincretismo religioso afro-brasileiro", Brasileira 280, São Paulo, pág. 87-88.
- VERISSIMO DE MELO (1960), "Gestos populares", Natal.
- VIVES Y ESCUDERO, Antonio — "Estudios de Arqueologia Cartaginesa, La necropolis de Ibiza", lam. XXVIII, nº 1-6.
- MAFRA CABRAL, E. e SOUZA NASSER, A. (1964), "Informação sobre Inscrições Rupestres no Rio Grande do Norte", Natal.
- O CARAPUCEIRO, periódico moral, e só **per accidens** político, dirigido pelo Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, Pernambuco, 1837-1942.

O movimento modernista e as ciências sociais no Brasil (*)

NELSON SALDANHA

É consabido que os grandes movimentos literários são sempre algo mais do que movimentos literários. O renascimento foi mais do que literatura renascentista, como o romantismo foi mais do que um fenômeno das letras — mesmo que se utilize, o que é sempre válido, um conceito amplo de letras e de literatura. É evidente que a expressão literária, em cada uma de suas grandes épocas históricas, se entende em ligação com movimentos culturais complexos, globais, onde se transformam como um todo as manifestações mais diversas do espírito e da vida intelectual. Deste modo, e em conexão com este modo de ver, podemos compreender o romantismo (repetindo o exemplo) como um amplo quadro onde a literatura e outras formas de criação intelectual se apresentam. Isto se aplica a outros períodos, como o iluminismo, o barroco etc.

E também podemos considerar a história da literatura no Brasil em função deste tipo de enfoque. Os grandes movimentos não são apenas literários: encaixam-se em conjunturas de renovação ou de desenvolvimento, ao lado de movimentos filosóficos e ideológicos bastante caracterizados. Nosso romantismo foi, como o europeu, um momento de euforia nacionalista e de propiciação aos estudos históricos; e ao realismo correspondeu, igualmente ao do velho mundo, uma atitude naturalista e cientificista que deu frutos inconfundíveis no plano do pensamento filosófico e das ciências sociais.

(*) Texto da conferência pronunciada a 9 de outubro de 1975, no Instituto de Letras da UFPE, como parte de um curso sobre o modernismo no Brasil.

O movimento modernista, na sequência de “períodos” da vida literária brasileira, sucedeu ao parnasianismo e ao simbolismo (que em verdade coexistiram, entre nós); e sucedeu na ficção ao realismo, ou ao tipo naturalista de realismo que dominou certa área de nossa prosa de fins do oitocentos e começos do novecentos. De certo modo, vale dizer que o realismo e o parnasianismo (mesmo o simbolismo) deitavam raízes no século XIX; correspondiam a uma estética ainda ligada aos padrões daquele século: estética que se quintessenciaria, mas também se alteraria, nos moldes da *belle époque* (e eu abro aqui um parêntese para dizer que apesar de tudo, e inclusive do que possa ser dito adiante, tenho uma grande simpatia estética, que suponho adquirida na infância, pelos tons e os estilos da *belle époque*, hoje frequentemente denegrida por moda e algumas vezes impensada ou incoerentemente). Vale dizer isto. Mas vale dizer também que não se podem demarcar cronologicamente as “escolas”, os movimentos, os períodos, tanto por não serem sequenciados como coisas *estanques* nem entrarem na ribalta em fila indiana, quanto por se interpenetrarem de modo que em determinados momentos ainda temos parnasianismo e já encontramos modernismo, como na pintura já nos topamos com o surrealismo e ainda há coisas do expressionismo. Às vezes, a mutação de formas e de linguagens corresponde a giros temáticos, como aqueles *basculements* de que fala Michel Foucault: mudanças no modo de ver as coisas e na atitude seletiva e expressiva que baseia o trabalho literário, através das épocas.

Não podemos portanto demarcar os umbrais históricos do modernismo com exatidão cronológica: a “semana de 22” já encontrou algo, ao menos como esboço e disposição, e por outro lado houve muita coisa que só dez ou vinte anos depois a literatura “moderna” poderia produzir. Cabe assim tomar o movimento modernista como “época” de modo genérico, senão mesmo como *padrão* — quase no sentido em que Woelfflin viu o barroco como um padrão, mais que apenas como época.

Por outra parte, se atentarmos para as coordenadas histórico-sociais, veremos que o modernismo emerge paralelamente

a certas estruturas. Mesmo sem conceder demais ao causalismo econômico e sem fazer historiografia baseada apenas nas chamadas condições materiais, há que aceitar-se que o mesmo quadro de crises que deu fim à “república velha” e preparou o Brasil político-econômico das décadas de 30 e 40, propiciou o desprestígio da literatura bilaqueana e tipo “sorriso da sociedade”, abrindo vez às irreverências novas e ao reivindicacionismo social. Ligado portanto a mudanças sociais emergentes, é natural que o movimento em certos aspectos se revelasse falho e lacunoso, abrigando em suas fileiras escritores sérios e arri-vistas vazios.



Como é também consabido, todo movimento cultural importante carrega consigo dois lados, um de querela contra o assente — desde pelo menos a *querelle des anciens et des modernes* no tempo de Perrault —, outro de reconstrução ou criação (o que nos lembra aquilo de uma *pars destruens* e uma *pars construens* que se encontrava nos sistemas filosóficos segundo o método clássico). De um modo geral, é realmente assim: uma geração combate outra, e por sua vez tenta expressar seu mundo ou sua visão do mundo, para vir a ser combatida.

O modernismo brasileiro, como é óbvio, não foi somente a irreverência e a improvisação, a euforia e o estrépito; não foi apenas o caos e o histrionismo. Foi também, globalmente, uma nova atitude intelectual, com alicerces sérios, e um novo modo de entender o próprio país. É sob este aspecto que ele se apresenta como um movimento cheio de implicações e significações em matéria de ciências sociais: quer diretas, dentro mesmo das obras formalmente literárias, quer indiretas, em estudos que se produziram em conexão com estas obras e por conta do novo clima intelectual, feito de novas motivações, novos temas e novos modos.

As mesmas implicações, de certa forma, podemos encontrar no modernismo europeu em geral, que foi gerado numa ambiência de transformações sociais e culturais inconfundíveis. Es-

tas transformações incluíram a Revolução Russa de 1917, que abalou a imagem mesma do mundo europeu, e a primeira guerra mundial, que ajudou a destruir muitas coisas além dos campos de batalha; com elas se relacionou a onda de pessimismos que envolveu a *intelligentsia* do velho mundo. Este pessimismo se expressou nas filosofias da história de Spengler, de Schubart e de outros, como na chamada "crítica de contemporaneidade" que foi cultivada por autores como Mannheim, Jaspers, Huizinga, Berdiaeff, Ortega, Valéry e tantos outros. Era, por outro lado, o começo da influência da fenomenologia sobre as ciências humanas, e de sua simultânea transformação no existencialismo, que estimulou novos tons e novas idéias nessas ciências e na literatura. O relativismo cinzentamente implantado sobre a autoimagem da Europa deu a alguns, aliás, a impressão de que o encolhimento histórico do papel do velho mundo deveria trazer à tona regiões novas, como a América Latina; e foi neste suposto que muitos pensadores sociais latinoamericanos (principalmente mexicanos, como Antonio Caso, Alfonso Reyes e Zum Felde) elaboraram a teorização do ser histórico iberoamericano, com dramático empenho continentalista e surpreendente vitalidade especulativa — que aliás, em nossos dias, se continua numa literatura de ficção notavelmente forte.

Ora, tudo isso, nas décadas de dez, de vinte e de trinta, repercutiu no Brasil. Tivemos portanto o impacto de nossos próprios problemas, redimensionados, e o dos novos modelos teóricos, recebidos do outro lado do Atlântico. Nosso modernismo, como deixar de ser não podia, trouxe, para a expressão literária, alterações que alcançaram o próprio padrão expositivo (e mesmo os interesses temáticos) das ciências humanas. Como já disse, as transformações são gradativas e em grande parte desfasadas: certas formas anteriores permanecem, como é o caso do gosto das antíteses e das distinções verbais, que vinha da geração parnasiana, mas que toma novos encaixes (como na prosa de Gilberto Amado por exemplo). Também permanece por algum tempo, já "inaugurado" o modernismo, o famoso gosto das conferências, tão caro aos coetâneos e contemporâneos de Afrânio Peixoto e de João do Rio; só aos poucos é que se passa da conferência ao ensaio, que implicam duas

mentalidades diversas, e diminuem as manias verbais em benefício de novas objetividades (nem sempre tão objetivas).

Em princípio, o padrão francês continuou dominando nossas letras, e isto também ocorreu nas ciências humanas, nas décadas do modernismo. Não havia ainda começado o império dos modelos norte-americanos, que nos imporiam novos sextros e novos mitos a partir do fim da segunda guerra.

O novo padrão expositivo, ao qual aludi há pouco, se vinculou caracteristicamente a padrões gráficos, em cujo plano sobrevieram modificações e heterodoxias muito representativas. As revistas passaram a adotar nova estrutura (veja-se o exemplo de *Klaxon*), com influências do impressionismo, do expressionismo, do cubismo, do *art nouveau*. Vinhetas e símbolos passaram a valorizar a flora e a fauna nacionais, nas edições de livros e nas revistas domésticas. Tudo isso ocorria dentro de um clima de revisão de nossos valores históricos e étnicos, com novo aparato de conceitos e novas aberturas teóricas.



Segundo uma expressão que ultimamente vem sendo repetida, os estudos brasileiros levados a cabo a partir das décadas de 20 e 30 realizaram uma espécie de "redescobrimto" do país. E isto ocorreu com as próprias formulações literárias emergentes, voltadas para coisas e temas nacionais, já que uma das consignas do movimento consistia em acusar de europeísmo e estrangeirismo as produções da sempre detratada fase parnasiana. Assim, o *antropofagismo* de Oswald de Andrade, bem como o seu *tupi or not tupi*, eram conclamações à assimilação integral do ser brasileiro. E não faltaram obras onde entravam, como tema ou como cenário, regiões ainda mais ou menos "misteriosas" ou fascinantes da geografia nacional, como a Amazônia dos livros de Gastão Cruls, ou dos poemas de Raul Bopp e de Cassiano Ricardo.

Mas o sistemático levantamento de problemas brasileiros como tema de estudos e ensaios se tornou cada vez mais visível

a partir, mais ou menos, de 1930. Aliás José Honório Rodrigues chegou a escrever, em seu livro *História e Historiadores do Brasil*, que “nunca em nossa historiografia pretendeu a história servir tanto ao presente, como um pouco antes e logo depois da Revolução de 1930”.

No ano de 1930, Ronald de Carvalho iniciava a publicação de seus *Estudos Brasileiros*, inserindo no volume inicial dois escritos muito significativos da forma como então se punham certos problemas: “Bases da Nacionalidade Brasileira” e “A Psyche Brasileira”. Forma já um tanto distante da maioria oitocentista mas ainda não inteiramente nova. Por esta época Alceu Amoroso Lima, investido no então recente e já futuro pseudônimo de Tristão de Athayde, estava editando os seus famosos e importantes *Estudos*, cuja “primeira série” surgiu em 1927 através da editora “A Ordem”, no Rio de Janeiro. Nos *Estudos* de Tristão, além do forro filosófico sólido e da vasta informação literária, estadeava-se um esforço geral de revisão da cultura nacional e das constantes que poderiam constituir peculiaridades do “caráter” brasileiro. A quarta série, por exemplo incluía anotações muito representativas sobre alguns destes temas, com páginas realmente relevantes sobre nossos problemas econômicos, pedagógicos e demográficos.

Em torno da renovação literária, ocorrente na temática e na linguagem, desenvolvia-se portanto um irreversível trabalho no plano da filosofia social e da antropologia. O regionalismo, tanto na poesia (com Cassiano Ricardo, Jorge de Lima, Raul Bopp, Ascenso Ferreira), quanto no romance (com Graciliano Ramos, José Lins, José Américo, Raquel de Queiroz, Jorge Amado, Permínio Asfora), constituiu desde cedo, e naturalmente, uma forma de enfocar problemas sociais, e ao mesmo tempo um modo de “revelar o Brasil aos brasileiros” através de obras gaúchas sobre o pampa, obras nordestinas sobre o sertão, obras sobre praias, matas e boqueirões. Evidentemente o exótico, o colorido e o folclórico se achavam ostensivamente presentes nessas obras. Mas também nos romances urbanos, os romances meio proustianos ou meio hardianos e dostoevskia-

nos como os de Octávio Faria e os de José Geraldo Vieira, a dimensão social se ostentava, em linhas e entrelinhas.

No meio da ensaística filosófico-social e da literatura política que cobriu o fim da década de vinte e o começo da de trinta, foram tomando corpo conceitos como os de *civilização brasileira e realidade brasileira*. Esta problemática apareceu, com cores políticas, em certas obras de Octávio de Faria, de Azevedo Amaral, de Manuel Bonfim, de Cincinato Braga e vários mais. Nos estudos de Tristão o tema já aparece — e na verdade ele vinha da obra de Euclides da Cunha, e dos vigorosos ensaios de Alberto Torres, que deram simetria e eficácia a uma série de pensamentos das gerações anteriores. Vinha também de escritores como Vicente Licínio Cardoso, cujo trabalho continua esperando uma reavaliação. E iria desembocar, como se sabe, no ideário integralista, tão relevante como momento da consciência nacional, apesar de sua tremenda retórica e de sua grandiloquência, ainda meio parnasianas, e aliás muito compreensíveis em sua hora, e só tornadas obsoletas depois da maturação de novos padrões expositivos, após 1945 mais ou menos.

No seu livro *A Dança sobre o Abismo*, Gilberto Amado inseriu um estudo chamado “Exaltação do Brasil”, datado de 1922 e cheio de apóstrofes conciliatórias, bem como um outro intitulado “A civilização no Brasil”, em termos de revisão global das coisas da terra e do povo. E Afonso Arinos, em 1933, publicou seu juvenil e brilhante *Introdução à Realidade Brasileira*, que se apresentava como um *apelo* aos intelectuais nacionais.

Este livro de Afonso Arinos foi publicado na conhecida “Coleção Azul” dirigida e editada por Augusto Frederico Schmidt. Esta coleção desempenhou um importante papel no movimento intelectual daqueles anos, representando, na opinião de Edgar Carone (“Coleção Azul — crítica pequeno-burguesa à crise brasileira depois de 1930”, em *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 25 — 26), um “instrumento de análise e orientação ideológica da pequena burguesia” na fase imediatamente posterior à Revolução de 30.

Evidentemente toda esta temática, balisada pelas noções de “civilização brasileira” e de “realidade nacional”, traduzia as divergências e as perplexidades de nossa elite intelectual, impressionada com modelos político-estrangeiros os mais radicais e mais diversos, e deslumbrada com a entrevisão das possibilidades intelectuais trazidas pela eclosão dos próprios temas recém-levantados. Daí certamente o muito de palavroso, ou de imaturo e indefinido que aqueles livros de certa forma ainda apresentavam, ao tentarem repensar a realidade nacional ao modo das obras que repensavam na Europa as realidades de lá. Isto se aplica, inclusive, aos primeiros ensaios de interpretação marxista de nossa história, justamente formulados nas décadas de 20 e 30, embora nos de Caio Prado, um pouco posteriores aliás, haja um tanto mais de consistência.



Em torno de uma nova noção da *realidade nacional*, que no fundo era a mesma intuída pela literatura das décadas de 20 e 30, gravitou portanto o trabalho dos sociólogos, antropólogos e historiadores daquela fase. Anote-se aliás que a sociologia, que na Europa ainda discutia suas relações com a psicologia, e que nos Estados Unidos se libertava desta através de um empirismo “grupográfico” nem sempre profundo, era novidade no país: alguns epígonos da Escola-do-Recife falavam dela em tom professoral, mas não havia ainda um saber sociológico substancial. Oliveira Viana, justamente, foi um dos principais iniciadores deste saber entre nós, abrindo caminho entre a história social, que cultivou, e a antropologia cultural, que cultivou também, e largamente, em seus diversos livros, até os últimos.

Ora, a antropologia tinha tido um sério impulso com a “escola” de Nina Rodrigues, de cuja influência emergiu Artur Ramos, verdadeiro renovador da antropologia nacional e cuja obra maior e mais influente (a *Introdução à antropologia brasileira*) seria elaborada a partir de 1945. Com essa antropologia, movediça e abarcativa, se relacionou o folclore, desenvolvido em dimensão definitiva por Câmara Cascudo. E den-

tro deste movimento de história social e antropologia devemos situar as raízes da obra de Gilberto Freyre, não só com a tríade fundamental que se iniciou em 1933 com *Casa Grande & Senzala*, mas também com os seus grandes ensaios laterais e intercalados sobre lusotropicologia, história nacional, antropologia e literatura.

Do mesmo modo como gravitavam em torno da noção de “realidade brasileira”, as ciências sociais daquelas décadas ainda dependiam, no fundo, da equívoca idéia de um “caráter nacional”, cujo elemento básico havia que encontrar: ou na tristeza como queria Paulo Prado, ou na cordialidade como pretendeu Ribeiro Couto, ou na doença como outros pensavam (inclusive Monteiro Lobato), senão mesmo na *falta* de caráter como Mário de Andrade em sentido especial buscou mostrar. Seriam porém os próprios resultados destes estudos sociais modernizados, cada vez mais libertos de certos unilinearismos do século XIX, que iriam fazer a superação daquela idéia. Pois a luta contra certos maneirismos ingênuos, nas ciências sociais daquelas décadas, foi realmente um correlato da luta dos modernistas contra o lugar comum versificado, em que se havia transformado a poética parnasiana. Nesta luta, combateram-se os esquemas simploriamente evolucionistas e os mesologismos empertigados, que tinham feito o deleite verbal dos pensadores sociais da geração anterior, e que agora abriam vez a uma sociologia mais flexível, a uma antropologia mais crítica.

Nos limites entre sociologia e história, funcionou por certo tempo, beneficemente, a influência daquela corrente que se chamou *new history*, e que preconizava a superação da historiografia puramente acontecimental e política, às voltas com batalhas, datas e ministérios, em favor de uma história voltada para a vida real do povo em sua problemática menos formal. Capistrano de Abreu tinha chegado bastante perto desta fórmula, apesar de suas cortantes idiossincrasias; Euclides da Cunha também, de certo modo. O fato é que o novo tipo de historiografia, “empático” e vinculado aos novos padrões literários por intermédio de obras notáveis e reveladoras como as de Sergio Buarque de Holanda, representou uma verdadeira renovação da

ciência histórica (cf. a respeito o artigo de Carlos Guilherme Mota em *Ciência e Cultura*, revista da SBPC, volume 27, número 5). Com esta renovação, tornou-se obsoleta a historiografia comemorativa e justificatória que vinha do século passado, ocupada com efemérides e frequentemente marcada por eticismos ingênuos senão mesmo por maniqueísmos doutrinários e deficiências metodológicas.

Cumprе lembrar o advento das Universidades, que condicionaram — a começar com o Rio e São Paulo — novo preparo e nova disciplinação para os estudos sociais, disciplinação e preparo de que foram consequência os livros de Fernando Azevedo e do grupo que inicialmente trabalhou a seu lado. Na década de trinta (e começo da de quarenta) o objetivismo e o rigorismo conviveram, é certo, com o envolvimento ideológico. Tecnicismos cientificistas, com forte cheiro de século dezenove, exibiram-se ainda nas complicadas obras filosóficas e sociológicas de Pontes de Miranda — como nas obras iniciais de Djair Menezes —, enquanto o nacionalismo vigente marcava fundo a teorização política, tal como esta se expressou nas obras de Menotti del Picchia, Miguel Reale, Plínio Salgado, Tasso da Silveira, Monte Arrais e outros, através de várias nuances de posição ideológica e diferentes combinações doutrinárias. Também nesta teorização o envolvimento ideológico alternou-se e interpenetrou-se com os novos gostos acadêmicos, ao passo que a economia, pouco desenvolvida e ainda misturada de filosofia social, começava a ensaiar-se. A ciência jurídica, que sempre teve no Brasil fortes e ilustres tradições, sofreu por seu turno o impacto das novas inclinações políticas, bem como o de um certo sociologismo difuso, pairante e genérico, embora sem abandonar no plano privatístico a linha técnica da geração de Bevilacqua.



O movimento modernista constituiu portanto, enquanto “movimento”, um processo global de transmutação dos padrões intelectuais do país, e este processo cresceu desde as polêmicas iniciais, e das heterodoxias das primeiras horas, até resultados

literários mais maduros. A mudança de padrões intelectuais encontrou-se, sobretudo na transição aos anos trinta, com as crises econômicas e políticas que (como aconteceu noutras partes do mundo) impuseram ao país novas estruturas e nova mentalidade. Para os estudos sociais, valeram basicamente dois elementos do processo: por um lado, a liberdade de expressão desencadeada, aliando-se a uma renovação nos padrões de linguagem e de tematização; por outro, o prestígio e a sugestividade da nova idéia de “realidade nacional”, expressamente sociológica pela conotação verbal, latentemente histórica e etnográfica pelas implicações muito convidativas que propiciava.

Dentro destas linhas, renovação de linguagem e redimensionamento temático, o esforço dos cientistas sociais pode desde então desdobrar-se. Muitos dos componentes posteriores (quero dizer, mais recentes), do trabalho filosófico-político, sociológico e antropológico, histórico e etnográfico brasileiro, são certamente resultado daquele esforço, o que é dizer: daquelas linhas. Provavelmente a unidade do panorama do pensamento social brasileiro no corrente século, que só poderá ser apreciada daqui a uns trinta anos, será compreensível em função da produtividade daquelas linhas, e do dinamismo desencadeado através delas pelo movimento modernista.